

Introdução

Chris Alden e Sérgio Chichava

O crescente posicionamento da China, de mera aquiescência para um manifesto activismo, no que concerne os assuntos africanos está a transformar a dinâmica do sistema pós-colonial (Braütigam 2009, Alden 2007; Taylor 2006). Desde o início do processo de reforma interna, iniciada em 1978, que a fé maoísta e o altruísmo revolucionário deram lugar a empreendedores comerciais e a defensores das formas de mercado capitalista, agindo conscientemente em interesse próprio. O surgimento da China como principal parceiro comercial do continente africano, e também seu principal alvo de investimento directo estrangeiro em 2009 – ultrapassando os Estados Unidos da América e Estados-chave da União Europeia, ainda em dificuldades no rescaldo da crise financeira global – concentrou as atenções nos objectivos e na actuação chinesa em África.¹ O comércio bilateral cresceu exponencialmente, de aproximadamente 1000 milhões de dólares em 2000 para 155 mil milhões de dólares em 2010, e a principal instituição financeira sul-africana, Standard Bank, prevê um aumento para 300 mil milhões até 2015 (Fremantle & Stevens 2011). Sustentados pelas maiores reservas de divisas estrangeiras do mundo e pelo desejo de obter posições estratégicas de longo prazo nos mais relevantes mercados de recursos, os chineses estão a investir em sectores fundamentais por todo o continente, desde o sector da energia em Angola, no Sudão e no Uganda à exploração mineira na Zâmbia e na República Democrática do Congo. Não obstante as exportações africanas para a economia chinesa serem dominadas pelos recursos em mais de 80% do total em 2010, há evidências da existência de uma diversificação no comércio, embora se manifeste de forma mais acentuada no comércio bilateral com apenas alguns países. Por exemplo, as empresas de telecomunicações como a Huawei e a ZTE estão a penetrar cada vez mais neste importante mercado, enquanto as instituições financeiras chinesas têm vindo a assinar parcerias com bancos na África do Sul, na Nigéria e no Quênia. Além disso, o lançamento da

conversão cambial chinesa *remimbi* em várias economias africanas importantes, como a Zâmbia, onde os negócios chineses e as comunidades imigrantes estão bem representados, sugere que o aprofundamento da integração destas economias é inevitável.

Os líderes africanos reconheceram, talvez tardiamente em alguns casos, a necessidade de criar laços fortes com o gigante económico em expansão, solicitando esforços concertados para melhor compreender e beneficiar das oportunidades apresentadas pela China. Ao nível continental, o Comité sobre Assuntos Monetários e Financeiros da União Africana, por exemplo, organizou uma série de eventos e relatórios de investigação sobre a China, enquanto organizações sub-regionais, como a Comunidade da África Oriental (CAO), procuraram activamente delinear uma estratégia de envolvimento. Os esforços bilaterais são ainda mais pronunciados, com países como o Zimbabué e a Namíbia a elaborar políticas de viragem a leste (*Look East policy*) que têm como objectivo a atracção explícita do investimento chinês (e do de outros países asiáticos), enquanto outros países, como Angola, a Nigéria e o Gabão, se concentram na obtenção de ‘pacotes de negócio’ que trocam o acesso a recursos por grandes projectos de construção de infra-estruturas financiados pela China. E existem ainda Estados, como a Etiópia e o Egipto, que, embora não possuam recursos significativos para atrair Pequim, conseguiram desenvolver relações económicas próximas com a China.

Subjacente ao notável êxito no reforço do envolvimento chinês em África, existe todo um conjunto de políticas e de experiências que chamaram a atenção dos governos já cansados dos juízos de valor e condicionalismos dos doadores ocidentais. A posição declarada da China é que os seus laços com África se baseiam em claras manifestações de ligação histórica, igualdade política, respeito pela soberania, não-intervenção e, em questões económicas, o benefício mútuo. A China enquadra a sua relação numa iniciativa diplomática multilateral e trianual denominada Fórum de Cooperação China-África (FOCAC – Forum on China-Africa Cooperation), mantendo os detalhes da sua implementação predominantemente no âmbito dos arranjos bilaterais. Empréstimos, doações e investimentos negociados têm permitido aos governos africanos desempenhar um papel na elaboração da agenda desta relação, por exemplo, através da priorização de sectores ou projectos específicos. Pequim gosta de apontar a consistência da solidariedade chinesa para com os interesses africanos, especialmente durante a luta anticolonial, bem como a sua história análoga enquanto vítimas do imperialismo, como as bases indispensáveis para uma visão comum. O episódio pré-colonial das viagens do Almirante Zheng He a África, no início do séc. XV, durante a dinastia Ming, foi recuperado dos arquivos da história para destacar a perseverança das intenções benignas da China para com o continente africano.

Dado o imperativo diplomático de impedir o reconhecimento oficial de Taiwan em África – plano em marcha desde a década de 1950, agora silenciado, desde que o Governo do KMT chegou ao poder em Taipei, em 2010 – o Governo chinês foi obrigado a garantir uma abordagem que englobasse a totalidade do continente africano. Este desígnio forneceu uma lógica geoestratégica específica à política externa chinesa em África, inexistente em qualquer outra potência emergente ou tradicional. Concomitantemente, a maioria dos interesses económicos da China estão centrados nas principais economias de recursos em África, nomeadamente Angola, Sudão, Nigéria e República do Congo, bem como na economia, mais diversificada, da África do Sul. A dupla abordagem de Pequim – multilateral, através do FOCAC, e bilateral, no que concerne a implementação de formas específicas de cooperação e investimento – vai sendo concebida e adaptada de forma a responder a estas duas preocupações centrais da China.

Paralelamente, o coro de insatisfação que se faz ouvir entre alguns elementos da sociedade africana – preocupados, principalmente, com o impacto socioeconómico e ambiental do envolvimento chinês no continente – aponta para as complexidades crescentes que acompanham o aprofundar desta relação. As autoridades chinesas reconhecem, talvez tardiamente, que nem todos os actores económicos chineses têm promovido o benefício mútuo para a China e para o continente africano. Advertências oficiais no sentido do cumprimento das leis e dos regulamentos dos governos locais, em conjunto com esforços envidados para introduzir aspectos de uma agenda de Responsabilidade Social Corporativa na conduta das principais empresas estatais e dos grandes grupos privados chineses são vistos como suficientemente apaziguadores. A capacidade de Pequim para controlar as acções das empresas privadas chinesas mais pequenas é, no entanto, relativamente limitada, uma vez que estas empresas operam em África sem fazer uso das fontes de financiamento convencionais e procuram, conscientemente, agir fora do alcance do Estado chinês. Ainda assim, a diminuta capacidade de alguns Estados africanos imporem os seus próprios regulamentos é, em muitos aspectos, um problema fundamental nesta área – o que não impediu, porém, os meios de comunicação e a sociedade civil locais de criticarem mordazmente a conduta de algumas empresas chinesas.

A par deste problema, o Governo chinês enfrenta ainda um dilema crescente: como proteger e preservar os seus interesses económicos em África, consolidados e em expansão, sem serem vistos a violar os já mencionados princípios sagrados da sua política externa, como a não-intervenção. Uma solução encontrada foi a distinção entre intervenção com, e intervenção sem, legitimação de instituições multilaterais como as Nações Unidas (NU) e o consenso dos governos em causa. A mudança da posição chinesa no sentido do apoio à intervenção multilateral no Darfur depois

de 2004 marcou a primeira manifestação concreta desta abordagem do tema da intervenção (Large & Patey 2011). A adopção selectiva do multilateralismo é visível na crescente participação de Pequim nas operações de manutenção da paz das NU em África, com tropas em países como a Libéria, a RDC e o Sudão do Sul, entre outros (Gill & Reilly 2000). Neste momento, o modo como a China poderá contribuir para formas mais complexas de consolidação da paz pós-conflito ocupa, aliás, a agenda de vários grupos de reflexão (Alden & Large s/d).

Finalmente, a contínua migração chinesa para África, apesar de reduzida quando comparada com a migração para outras partes do mundo, está a ensombrar esta relação. Os dados permanecem escassos, não obstante alguns estudos influentes e um número infinito de anedotas impressionistas; há, porém, alguns aspectos indicativos desta migração que se podem já observar (McNamee *et al.* 2012). Os chineses que emigram para África parecem ser pobres, com pouca formação e ambicionam escapar ao ambiente competitivo no seu próprio país. Trazem pouco capital e têm tendência a movimentar-se entre o comércio retalhista e grossista, dispersando-se pelas pequenas vilas da África rural. Muitos, na África austral, provêm de províncias da costa como Fujian, mas outras partes do continente evidenciam que as fontes regionais da migração chinesa são mais amplas. A África do Sul acolhe, indubitavelmente, a maior comunidade de chineses, contabilizando entre 300.000 a 500.000; os emigrantes estão, contudo, a dispersar-se, também em grandes números, por países como Angola, Zâmbia e Etiópia. De facto, o célere crescimento de emigrantes chineses na Líbia e a sua subsequente retirada, contabilizando 35.000 no momento da evacuação, em 2011, ilustra o quão rapidamente estes projectos de infra-estrutura conseguem avolumar a população de contratados e imigrantes chineses num país. Embora não exista uma inevitabilidade implícita na sugestão do aumento das tensões entre as duas comunidades – há, na verdade, tantas evidências de harmonia social como de problemas – este fenómeno poderá ser utilizado por políticos para angariar apoio, como aconteceu na Zâmbia e como já ocorre com outras comunidades étnicas e imigrantes. O impacto destas acções na natureza das relações sino-africanas será, certamente, significativo.

Todos estes temas fornecem o contexto para compreender as relações sino-africanas, mas, à medida que estes laços crescem em profundidade e complexidade, é necessário ir além do quadro geral e explorar uma relação bilateral para obter uma imagem mais clara das interacções actuais. Por esta razão, o presente livro decidiu explorar um caso em particular, a relação entre a China e Moçambique, e as especificidades que este acrescenta aos temas gerais já abordados que caracterizam as relações sino-africanas.

Paula Roque e Chris Alden, autores do primeiro capítulo, fazem um levantamento histórico e actual da relação bilateral, abordando as origens do

relacionamento e o desenvolvimento de laços mais estreitos. O capítulo seguinte, da autoria de Sérgio Chichava, analisa as tendências, o impacto e a relevância do investimento e do comércio chinês em Moçambique, de 2000 a 2010, com base nos dados estatísticos do Investimento Directo Estrangeiro (IDE). O período analisado foi marcado pela crescente presença chinesa em África, como ilustra o estabelecimento do Fórum sobre a Cooperação China-África (FOCAC), em 2000, e a celebração do seu décimo aniversário em 2010. O terceiro capítulo, por Ana Alves, explora a questão do investimento chinês no sector bancário moçambicano. Além de expor as suas características e especificidades, este capítulo ilustra igualmente as alianças de negócios entre as elites chinesas e moçambicanas. Centrado nas actividades do grupo CHICO, uma das empresas de construção chinesas mais activas em Moçambique, e utilizando uma abordagem etnográfica, o quarto capítulo, da autoria de Morten Nielsen, analisa os efeitos socioeconómicos da construção de uma estrada no sul da província de Gaza. Com base numa série de encontros etnográficos com empresários, trabalhadores da construção civil e engenheiros chineses em Moçambique, o capítulo de Mikkel Bunkenborg mostra que, contrariamente à ideia disseminada no Ocidente, a presença de cidadãos chineses em África não é resultado de um plano nem mesmo de uma política de expansão chinesa planeada, mas, sim, uma consequência de acções individuais. Os dois capítulos seguintes concentram-se nas relações sino-moçambicanas de cooperação na área da agricultura. Escrito por Sigrid Ekman, o sexto capítulo discute os mitos e realidades da cooperação e do investimento chinês no sector agrícola em Moçambique. Recorrendo ao caso do Centro de Transferência de Tecnologia Agrícola Umbelúzi em Boane, um dos exemplos mais representativos da presença chinesa em África, e, particularmente, em Moçambique, o sétimo capítulo, por Jimena Duran e Sérgio Chichava, discute o significado e as implicações da cooperação agrícola entre os dois países. No oitavo capítulo, João Feijó analisa as representações dos moçambicanos sobre os chineses, bem como suas implicações relativamente à presença chinesa em Moçambique. No capítulo final, Sérgio Chichava e Chris Alden, em jeito de conclusão geral e com base na interacção entre Moçambique e a China, reflectem sobre os significados e as características desta relação.

Notas

1. De acordo com o Departamento do Comércio norte-americano, o comércio entre os EUA e África em 2009 registou uma queda no valor de 55 mil milhões de dólares – de 141 mil milhões de dólares em 2008 – perfazendo um total de 89 mil milhões de dólares, enquanto o Ministério do Comércio chinês, nos dados relativos ao comércio China-África, apresenta um valor total de 106 mil milhões de dólares em 2008, caindo apenas para 90 mil milhões em 2009.

Referências

- Alden, C. (2007). *China in Africa*, Londres, Zed Books.
- Alden, C., Large, D. *A Separate Peace? China's post-conflict engagement in Africa* (no prelo).
- Braütigam, D. (2009). *The Dragon's Gift: the real story of China and Africa*, Oxford, Oxford UP.
- Freemantle, S., Stevens, J. (2011). *BRIC-Africa: The Redback's rise – an opportunity for Africa*, Standard Bank.
- Gill, B. *et al.* (eds.). (2007). 'Assessing China's Growing Influence in Africa', *China Security*, 3 (3), pp. 3-21.
- Gill, B., Reilly, J. (2000). 'Sovereignty, Intervention and Peacekeeping: the view from Beijing', *Survival*, 42 (3), pp. 41-59.
- Large, D., Luke, P. (2011). *Sudan Looks East. China, India and the Politics of Asian Alternatives*, Londres, James Currey.
- McNamee, T. *et al.* (2012). 'A Study of Chinese Traders in South Africa, Lesotho, Botswana, Zambia and Angola', Discussion Paper 2012/03, Johannesburg, The Brenthurst Foundation.
- Taylor, I. (2006). *China and Africa: engagement and compromise*, Londres, Routledge.